

Política

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Redução do limite de RPVs é aprovada

Com votação empatada, presidente do Parlamento precisou se manifestar e decidiu a favor da proposta do governo**Fernanda Nascimento**

fernanda.nascimento@jornaldocomercio.com.br

Os deputados estaduais aprovaram a redução do limite de pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) ontem. Apesar da ampla maioria no Parlamento, o projeto de lei do governador José Ivo Sartori (PMDB) foi aprovado com dificuldade. A pressão de servidores públicos e entidades ligadas ao Judiciário conseguiram a dissidência de aliados, e a votação ficou empatada em 24 a 24, o que gerou uma situação rara: o presidente do Legislativo, Edson Brum (PMDB), precisou definir a disputa. Descontentes com o resultado, os manifestantes chamaram os deputados de "caloteiros" e classificaram a votação como uma "vergonha".

O texto aprovado prevê a redução no limite de pagamento de 40 para 10 salários-mínimos e não será aplicada para as ações com trânsito em julgado. A consequência direta do projeto será uma diminuição nos valores pagos pelo Estado aos seus credores e uma



Das galerias, público que acompanhou sessão plenária vaiou resultado e chamou deputados de 'caloteiros'

ampliação na fila de pagamento dos precatórios. Outra repercussão está no valor pago a pessoas que integram a fila preferencial de pagamento dos precatórios, cujo montante previsto pela legislação é de até três vezes o teto das RPVs.

Após decidir uma votação

que se arrastava por seis semanas, Brum disse ter feito o que acreditava "ser o melhor para o Rio Grande do Sul". "Votar, em caso de empate, faz parte do processo legislativo. O que nós votamos não mexe com nada das RPVs sentenciadas e é um projeto

igual ao apresentado no governo passado", disse, lembrando matéria semelhante apresentada na gestão do ex-governador Tarso Genro (PT) - retirada de pauta por falta de acordo.

A oposição ficou descontente com o resultado. Apesar de con-

seguir o apoio dos deputados independentes do PTB e dos integrantes do governo Regina Becker (PDT), Enio Bacci (PDT), Frederico Antunes (PP), Liziane Bayer (PSB) e Adilson Troca (PSDB), a pressão não foi suficiente. Luiz Fernando Mainardi (PT) ironizou a vitória do governo. "O governo tem obtido vitórias e não comemora, é um caso estranho. Mas quem não paga o que deve é caloteiro, e é por isso que eles não têm comemorado", afirmou.

Para o deputado Pedro Ruas (P-Sol), um dos principais problemas do texto é a revogação do artigo que estabelece um patamar mínimo para o pagamento de RPVs, fixado em 1,5% da Receita Líquida Corrente. Conforme Ruas, a mudança "significa que o governo vai pagar quantas RPVs quiser". A seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) deve ingressar, em dezembro, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o projeto. Sindicatos de servidores públicos estaduais também devem realizar ação semelhante.

Cassação de Basegio será apreciada dia 24

Os líderes partidários da Assembleia Legislativa decidiram que a votação da cassação do deputado Diógenes Basegio (PDT), por quebra de decoro parlamentar, acontecerá na sessão do dia 24. O pedido de cassação foi encaminhado pela Comissão de Ética, que investigou Basegio pelas acusações de contratação de funcionários-fantasma com cargo em comissão.

O pedetista também responde a outro processo, por adulterar a quilometragem de veículo a serviço do gabinete, gerando o superfaturamento das despesas de verba indenizatória, e extorsão de funcionários. Além da investigação no Legislativo, Basegio responde a uma ação movida pelo Ministério Público, que o acusa de diversas irregularidades, que teriam resultado em um desvio de mais de R\$ 2,5 milhões dos cofres públicos. Nos bastidores, cogita-se a hipótese de o pedetista renunciar para evitar uma possível cassação.

SENADO

Votação de projeto que limita a dívida do governo é adiada

A Comissão de Assuntos Econômicos adiou a votação do projeto de resolução do Senado que estabelece um limite para a dívida consolidada da União, como já é exigido para estados e municípios. A proposta determina um teto tanto para a dívida líquida quanto para a dívida bruta e descreve um período de transição de 15 anos para o alcance da meta.

O governo tem colocado dificuldades para apreciação da matéria, que já foi aprovada pela Comissão da Agenda Brasil e, se aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), segue para o plenário do Senado, sem necessidade de passar pela Câmara dos Deputados. Com dificuldades de cumprir metas fiscais,

não seria do interesse do governo aprovar agora um teto para a dívida da União.

O projeto consta na pauta há mais de um mês. Na última reunião deliberativa, o relator José Serra (PSDB-SP) chegou a ler seu parecer, mas não houve abertura para discussão. Em seguida, o presidente da comissão e líder do governo, Delcídio Amaral (PT-MS), marcou duas audiências públicas seguidas, atrasando a votação em mais duas semanas.

Ontem, foi de comum acordo que a votação fosse novamente adiada. Desta vez, o relator Serra não se opôs. O tuca percebeu as ínfimas possibilidades de aprovação do texto e concordou que o projeto seja apreciado daqui a 15 dias. A

proposta de Serra limita a dívida líquida da União a 2,2 vezes a da receita líquida corrente. O relator do projeto também determinou limite para a dívida bruta, estabelecendo que ela não exceda em 4,4 vezes a receita líquida corrente.

De acordo com Serra, a alteração no texto original evita a "contabilidade criativa", operações que não aparecem nas estatísticas de dívida líquida, realizadas entre instituições financeiras controladas pela União e o Tesouro para financiar despesas. Na dívida bruta, aparecem, por exemplo, operações com bancos públicos federais, principal origem das chamadas pedaladas fiscais nas contas do governo em 2014.

laboratório
endocrineta
ANÁLISES CLÍNICAS
Sempre Fazendo o Melhor para Você.
Laboratório 100% gaúcho



Em algumas situações, o reconhecimento exige muito mais que certeza.
Exames de Paternidade com certeza absoluta de 99,99%.

